

EDITORA



UnB

Institucionalização da educação superior a distância nas universidades federais da região Centro-Oeste

Temáticas em questão

Catarina de Almeida Santos
Daniela da Costa Britto Pereira Lima
Danielle Xabregas Pamplona Nogueira
(organizadoras)



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Sely Maria de Souza Costa
Verônica Moreira Amado

EDITORA



UnB

Institucionalização da educação superior a distância nas universidades federais da região Centro-Oeste

Temáticas em questão

Catarina de Almeida Santos
Daniela da Costa Britto Pereira Lima
Danielle Xabregas Pamplona Nogueira
(organizadoras)



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia

Coordenadora de Produção Editorial
Preparação e revisão
Diagramação

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Denise Silva Macedo
Haroldo Brito

© 2018 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta
publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por
qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Esta obra foi publicada com recursos provenientes do Edital
DPI/DPG nº 2/2017.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

I59

Institucionalização da educação superior a distância nas
universidades federais da região Centro-Oeste : temáticas em
questão / Catarina de Almeida Santos, Daniela da Costa Britto
Pereira Lima, Danielle Xabregas Pamplona Nogueira
(organizadoras). – Brasília : Editora Universidade de Brasília,
2021.

310 p. ; 23 cm. – (Pesquisa, Inovação & Ousadia).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5846-018-3

1. Ensino a distância. 2. Institucionalização. 3. Ensino
superior. 4. Universidades - Brasil, Centro-Oeste. I. Santos,
Catarina de Almeida (org.). II. Lima, Daniela da Costa Britto
Pereira (org.). III. Nogueira, Danielle Xabregas Pamplona (org.).
IV. Série.

CDU 378

Sumário

Prefácio 13

Apresentação 17

Capítulo 1

Institucionalização da Educação a Distância: da lente teórica à sua proposição 23

Daniela da Costa Britto Pereira Lima

1. Introdução 23

2. Processos de institucionalização: lente teórica em questão 26

3. Proposições de análise de processos de institucionalização da Educação a Distância 32

Referências 35

Capítulo 2

Educação a Distância na Universidade de Brasília – percurso histórico da ação institucional 39

Carmenísia Jacobina Aires, Ruth Gonçalves de Faria Lopes

1. O projeto original da Universidade de Brasília e as ações iniciais em Educação a Distância 39

2. Um olhar sobre as ações de Educação a Distância na Universidade de Brasília nos anos 1990 43

3. O protagonismo da Faculdade de Educação nas ações de Educação a Distância 46

4. Outras experiências institucionais em Educação a Distância na Universidade de Brasília 52

5. A Universidade de Brasília e a Universidade Aberta do Brasil 53

6. Considerações finais	56
Referências	57
Bibliografia complementar	57

Capítulo 3

A autoavaliação institucional e a Educação a Distância: limites e possibilidades da institucionalização na Universidade de Brasília... 59

Catarina de Almeida Santos, Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

1. Introdução	59
2. Sobre os conceitos de organização, instituição e institucionalização....	60
3. A avaliação institucional no contexto da institucionalização.....	64
4. Institucionalização da Educação a Distância na Universidade de Brasília: o que apontam os relatórios de autoavaliação institucional	66
5. Considerações finais	76
Referências.....	77

Capítulo 4

Percepção dos gestores em relação à institucionalização da Educação a Distância na Universidade de Brasília (2013-2015).....79

Andréia Mello Lacé, Magalis Béssem Dorneles Schneider, Lívia Veleda Sousa Melo

1. Introdução	79
2. A Educação a Distância na Universidade de Brasília	83
3. A gestão do sistema Universidade Aberta do Brasil na Universidade de Brasília	84
4. Percepção dos gestores: do fardo à decisão política	86
5. Considerações finais	92
Referências.....	93

Capítulo 5

Percurso histórico da Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás	95
Juliana Guimarães Faria	
1. Introdução	95
2. Sobre a Universidade Federal de Goiás.....	97
3. O percurso da Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás: histórico e contexto	99
4. Considerações finais	109
Referências	110

Capítulo 6

Concursos para docentes e técnicos administrativos da Universidade Federal de Goiás em vagas destinadas à Educação a Distância.....	113
Maria Aparecida Rodrigues Fonseca, Tatiane Custódio da Silva Batista	
1. Introdução	113
2. A institucionalização da Educação a Distância	115
3. A pesquisa: seleção para Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás.....	118
4. O que os dados suscitam	123
5. Considerando relações	126
Referências	127

Capítulo 7

O impacto do processo seletivo de tutores na gestão da Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás	131
Lilian Ucker Perotto, Kamila Vieira Lima Ferreira, Meirilayne Ribeiro de Oliveira	
1. Introdução	131
2. Processos seletivos: números e impactos na formação de tutores	132

3. Avanços e resistências: nossas percepções das ações empreendidas	140
4. Considerações finais	144
Referências	145

Capítulo 8

Instrumentos de avaliação interna para a Educação a Distância utilizados na Universidade Federal de Goiás	147
---	-----

Lívia Soares de Lima Sousa, Flávia Magalhães Freire,
Daniela da Costa Britto Pereira Lima

1. Introdução	147
2. Avaliação institucional e educação superior a distância	149
3. Caminhos da avaliação interna da Universidade Federal de Goiás	151
4. Instrumentos de avaliação interna para a educação superior a distância na Universidade Federal de Goiás	153
5. Considerações finais	158
Referências.....	159

Capítulo 9

Estado e Educação a Distância: educação superior pública em pauta	163
---	-----

Erlinda Martins Batista, Ana Maria Ribas, Carina Elisabeth Maciel

1. Introdução	163
2. Estado e Educação a Distância no Brasil	164
3. A história da Educação a Distância no Brasil	167
4. A estrutura da Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.....	171
5. Considerações finais	174
Referências.....	175

Capítulo 10

A institucionalização e os desafios da educação superior a distância na Universidade Federal de Mato Grosso 179

Heloneide Alcantara Matos, Tereza Christina Mertens Aguiar,
Roseli Souza dos Reis Nunes

1. Introdução	179
2. A Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso	180
3. Desafios da institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso.....	182
4. Considerações finais	194
Referências	195

Capítulo 11

A institucionalização pioneira da Educação a Distância na educação superior em Mato Grosso: visão de envolvidos na trajetória..... 199

Heloneide Alcantara Matos, Tereza Christina Mertens Aguiar,
Roseli Souza dos Reis Nunes

1. Introdução	199
2. História pioneira da Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso.....	200
3. Teoria Institucional e sua aplicabilidade na Educação a Distância.....	202
4. Considerações finais	212
Referências	213

Capítulo 12

A institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal da Grande Dourados: a visão de avaliadores externos 217

Giselle Cristina Martins Real, Tânia Jucilene Vieira Vilela, Regina Farias de Souza

1. Introdução	217
---------------------	-----

2. A avaliação regulatória como instrumento de diagnóstico institucional	222
3. Institucionalização da Educação a Distância revelada pela avaliação	226
4. Considerações finais	233
Referências.....	234

Capítulo 13

A institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal da Grande Dourados: contribuições do curso de licenciatura em Letras Libras	241
---	-----

Janete de Melo Nantes, Regina Farias de Souza

1. A necessidade da institucionalização do curso de Letras Libras na Universidade Federal da Grande Dourados.....	241
2. Histórico do curso de graduação Letras Libras na Universidade Federal da Grande Dourados.....	243
3. Avanços e desafios de Letras Libras	247
4. Considerações finais	249
Referências.....	252

Capítulo 14

Levantamento bibliográfico sobre a autoavaliação institucional na Educação a Distância.....	255
---	-----

Wendy Caldeira de Souza, Leila Cristina Borges,
Daniela da Costa Britto Pereira Lima

1. Autoavaliação e Educação a Distância.....	255
2. Metodologia.....	258
3. Dados e análises	258
4. Considerações finais	266
Referências.....	267

Capítulo 15

Educação a Distância e cultura digital: possibilidades e desafios 269

Maria Cristina Lima Paniago, Rosimeire Martins Régis dos Santos

1. Introdução	269
2. Concepções de Educação a Distância, suas origens e evolução no Brasil	269
3. Cultura digital	274
4. Possibilidades e desafios: Educação a Distância e cultura digital	277
5. Considerações finais	279
Referências.....	280

Capítulo 16

Um estudo sobre a inclusão digital no estado de Goiás 283

Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira, Alzino Furtado de Mendonça, Saulo de Oliveira

1. Contexto da sociedade da informação	283
2. Ações de inclusão digital no estado de Goiás	288
3. Considerações finais	292
Referências.....	295

Institucionalização da educação superior a distância: algumas considerações finais297

Catarina de Almeida Santos, Daniela da Costa Britto Pereira Lima, Danielle Xabregas Pamplona Nogueira (organizadoras)

Referência	299
------------------	-----

Notas sobre as autoras e autores.....301



CAPÍTULO 5

Percurso histórico da Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás¹

Juliana Guimarães Faria

1. Introdução

O presente capítulo tem como objetivo descrever e analisar o histórico da organização da Educação a Distância (EaD) na Universidade Federal de Goiás (UFG). A contribuição deste capítulo está no resgate do percurso histórico da forma como a EaD foi se constituindo, de modo a poder colaborar com outros estudos sobre essa temática dentro da própria instituição, como também permitir estudos comparados que podem vir a ser realizados por outros pesquisadores, em outras instituições, sobre a institucionalização da EaD.

A elaboração deste capítulo se deu a partir de resultados da pesquisa *Institucionalização da educação superior a distância nas universidades federais da região Centro-Oeste: processos, organização e práticas*, além de estudos realizados por Faria (2011) e Lima (2014).

A EaD é uma modalidade crescente nas instituições públicas e privadas no Brasil, motivada, principalmente, pela sua regulamentação recente, mais precisamente desde 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

¹ Estudo realizado como resultado de pesquisa com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Desde então, seu crescimento tem sido influenciado por sucessivos decretos que a regulamentam no Brasil (LIMA, 2014). Torres e Rama (2010) discutem, porém, que é um movimento periférico-central tardio, se comparado com experiências internacionais.

Nas instituições públicas, bem como na própria UFG, não é diferente. Porém, há de se considerar que, além das políticas de regulação, há outros fatores que influenciam sua oferta nas instituições públicas, a saber: i) sucessivos aportes financeiros oferecidos pelo Governo Federal para programas e projetos específicos, como a Univir-CO², o Pró-Licenciatura³ e o sistema UAB⁴ (FARIA, 2011); e ii) credenciamentos para oferta de EaD de forma automática, como política de incentivo impetrada pelo Governo Federal, visando a viabilidade legal de execução dos programas e projetos aprovados em editais públicos para financiamento da oferta de cursos EaD (FARIA, 2011).

O primeiro credenciamento da UFG para oferta de EaD foi experimental, com validade de dois anos, por meio de uma política de incentivo do Governo Federal, tendo sido concedido pela Portaria nº 873/2006, do Ministério da Educação (MEC). Em 2008, a Portaria nº 1.050 extingue a anterior e credencia a oferta de cursos a distância de graduação e pós-graduação, exclusivos do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), também por mais dois anos, porém ainda em caráter experimental. Em 2009, a Portaria nº 858, ainda como uma política de incentivo do Governo Federal, revoga a anterior e credencia, também de forma experimental, a oferta da EaD de projetos aprovados em âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), condicionando a necessária solicitação de credenciamento pleno até fevereiro de 2010. Em 2010, finalmente, o credenciamento pleno é alcançado e publicado na Portaria nº 1.369, por um período de cinco anos. Em 2015, a UFG protocola

² Em 1998, sob a liderança da UnB, funda-se a Univir-CO e a UFG, e outras instituições aderem a esse consórcio, para a oferta de cursos a distância, principalmente com foco na formação continuada de professores da educação básica (RESENDE, 2006).

³ Programa de Formação Inicial para Professores dos Ensinos Fundamental e Médio do MEC.

⁴ Sistema Universidade Aberta do Brasil do MEC.

no E-Mec o pedido de credenciamento (Processo nº 201510994). Porém, com as novas normas para EaD publicadas na Portaria Normativa nº 11/2017, o credenciamento foi concedido às instituições públicas que estavam com processos em andamento (art. 29); e a UFG, dessa forma, foi beneficiada.

Esse percurso da EaD na UFG não é exclusivo dos anos em que o credenciamento é alcançado; ele teve precedentes, mais precisamente, desde o final dos anos 1990. É esse contexto histórico que se pretende descrever e analisar neste capítulo. Apresentamos, inicialmente, uma descrição da UFG, situando seu contexto e, posteriormente, faz-se um resgate de acontecimentos político-institucionais da EaD na UFG, descrevendo e analisando como a EaD foi sendo incorporada à instituição, fortemente estabelecida na oferta de cursos presenciais.

2. Sobre a Universidade Federal de Goiás

A UFG foi criada em 14 de dezembro de 1960, fruto de um anseio da população da época. A iniciativa teve o apoio de dois movimentos: i) o da Comissão Permanente para a Criação da Universidade do Brasil Central, presidida pelo então professor da Faculdade de Direito, Colemar Natal e Silva, e composta por docentes das cinco escolas de ensino superior existentes em Goiânia-Goiás; e ii) o dos estudantes, que se organizaram na Frente Universitária Pró-Ensino Federal, criada em 1959. Dourado (2001, p. 51) afirma que a UFG nasceu “marcada por um discurso modernizante e identificado com as aspirações sociais de parcela significativa da população, sobretudo com as demandas estudantis encampadas pela UNE para a reforma universitária no país”.

Mendonça (2010) sistematiza seis fases de desenvolvimento da UFG. A primeira delas é o momento de sua pré-fundação, com os movimentos de docentes e de estudantes das faculdades isoladas existentes no estado. Uma segunda fase é a idealização de uma universidade que incluísse debates fecundos entre ensino público e privado, laico e confessional e de natureza técnico-profissional, emanados

da busca por uma nova cultura de ensino superior. A terceira fase foi marcada por características tecnoburocráticas e desenvolvimentistas, em que o ensino superior teve um caráter meramente utilitarista. A quarta fase é a da excelência multiespacial da universidade, na qual se desenvolveu a extensão, a expansão e a interiorização, por meio dos *campi* avançados. A quinta fase corresponde ao momento de democratização reflexa, que se volta para a discussão de uma reconfiguração acadêmica e institucional. Por fim, a sexta fase caracteriza-se por uma neodemocratização, em que a UFG se configurou pela reestruturação e reorganização política, administrativa, acadêmica e financeira, com ações implementadas em nome da democratização e do discurso da descentralização acadêmica.

A UFG expandiu-se desde sua criação e, nos dias de hoje, no ensino presencial, está fisicamente presente em cinco regionais do estado de Goiás: i) três *campi* na Regional Goiânia, sendo dois na cidade de Goiânia e um na cidade de Aparecida de Goiânia; ii) a Regional Catalão; iii) a Regional Jataí; iv) a Regional Cidade Ocidental; e v) a Regional da Cidade de Goiás. Além desses, existem outros espaços de atuação da UFG, não com cursos presenciais em andamento, mas, sim, como campos de estágio, principalmente na área da saúde, situados nas cidades de Firminópolis, Uruaçu e Morrinhos, todas no estado Goiás. Mendonça (2010, p. 277), em seu estudo sobre a extensão universitária na UFG, aponta:

Especialmente, entre 1972 e 1986, a UFG passou por um processo de significativa interiorização, com o estabelecimento de *campi* avançados. As unidades foram criadas em Picos, PI (1972), Firminópolis-GO (1980), Porto Nacional-GO (1980), Jataí-GO (1980) e Catalão-GO (1984) [...]. A UFG, no período desde sua criação até 1986, caracterizou-se pelo grande impulso dado à extensão, interiorização – principalmente pelo estabelecimento dos *campi* avançados – e pela expansão resultante desse processo.

Percebe-se que a interiorização e sucessiva expansão da UFG é uma realidade que vem sendo vivenciada desde sua criação, mediante os cursos presenciais. Assim, as práticas de EaD, que utilizam polos de apoio presenciais localizados em cidades do interior do estado de Goiás, podem ser consideradas como uma continuidade do movimento político-educacional de crescimento da instituição. A seguir, são analisados fatos históricos de como a EaD foi se configurando na UFG.

3. O percurso da Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás: histórico e contexto

Faria (2011) descreve que foi na transição da década de 1990 para os anos 2000, no âmbito das discussões do Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (Forproex), que a EaD planta de forma concreta sua semente na UFG. Em 1998, sob a liderança da UnB, funda-se a Univir-CO e a UFG, e outras instituições⁵ aderem a esse consórcio para a oferta de cursos a distância, principalmente com foco na formação continuada de professores da educação básica (RESENDE, 2006). Mas, efetivamente, é em 1999 que os trabalhos se operacionalizam, e a UFG passa a integrar um grupo de trabalho na Univir-CO para oferta do Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Escolar, iniciado em junho de 2000.

Entre as unidades acadêmicas a iniciar as práticas da EaD, a Faculdade de Educação (FE) foi a pioneira. Procurada e apoiada pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proec), a FE ofertou o Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Escolar. A operacionalização desse primeiro curso foi desenvolvida em regime de cooperação com as instituições participantes da Univir-CO, em que a UFG e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) ficaram responsáveis pela elaboração do material didático. A UFG assumiu a elaboração do projeto e a coordenação do curso perante o consórcio.

⁵ Participaram do consórcio Univir-CO as seguintes instituições: UnB, UFG, UFMT, UFMS, Universidade Estadual de Anápolis-GO, Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat) e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Faria (2011) mostra que, nos documentos do grupo de trabalho desse primeiro curso, foi possível perceber dúvidas sobre aspectos didático-pedagógicos e institucionais da EaD na instituição.

Foram levantadas questões como: os cursos, mesmo em consórcio institucional, devem observar as especificidades de cada instituição? De que forma se daria a organização da carga-horária dos professores e tutores? Discutia-se, também, à época, o próprio regulamento do consórcio Univir-CO, os procedimentos para matrículas de alunos em cursos a distância, os recursos tecnológicos que seriam necessários ao desenvolvimento de cursos via web e a situação das infovias de transmissão de dados. A necessidade de se preparar para o credenciamento institucional para oferta de cursos de graduação e pós-graduação em EaD, conforme previsto pelo art. 80 da LDB nº 9.394/96, era, também, outra preocupação do grupo de trabalho, que indagava ainda sobre como seria feita a transferência de tecnologia entre as instituições participantes do consórcio e sobre a possibilidade de realização de convênios com prefeituras e outros órgãos para a oferta de cursos. (FARIA, 2011, p. 125).

Além desses aspectos, Faria (2011) demonstra ter observado nos documentos das reuniões do referido curso algumas definições que perpassam as práticas atuais de cursos a distância oferecidos na UFG. Existem registros que apontaram a necessidade da realização de encontros presenciais e a criação do papel de um tutor, exercido por professor orientador do curso, o qual seria remunerado com bolsa de iniciação científica, com dedicação de trabalho de 20 horas semanais. Outro registro detectado pela autora foi a configuração das turmas com o máximo de 25 alunos. Esse contexto é encontrado em experiências posteriores de cursos de EaD na UFG, inclusive nas práticas de cursos vinculados ao Sistema UAB.

Faria (2011) descreve que essa primeira experiência não possuía financiamento institucional previsto e, por isso, houve a cobrança de taxa de matrícula e mensalidade. Os recursos arrecadados foram aplicados no pagamento das bolsas de iniciação científica dos tutores, também para cobrir despesas de viagens da equipe de cada instituição para reuniões e suporte técnico.

Concomitantemente ao movimento da primeira experiência com a EaD, com a participação no Consórcio Univir-CO e a criação da Universidade Virtual Pública do Brasil (Unired) em 1999, à qual a UFG se filiou, iniciam-se os trâmites nas instâncias administrativas internas da UFG e a proposta de criação de um órgão que pudesse dar suporte e condições institucionais para apoiar as atividades de EaD. A UFG Virtual foi criada como Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação a Distância da UFG, por meio da Resolução do Conselho Universitário (Consuni) nº 5, de 25 de agosto de 2000.

A mencionada autora nos mostra que a UFG Virtual sobreviveu, durante sua atuação, basicamente com recursos de projetos contemplados em editais específicos e de convênios externos para oferta de cursos a distância. Assim, havia, de certa forma, uma precariedade nos primórdios da EaD na UFG. A preocupação com o financiamento da EaD na universidade era fato, em função da crise que as instituições públicas vivenciavam à época, como a falta de recursos, de professores e de investimento público (AMARAL, 2001). Faria (2011) demonstra que esse tema foi assunto dos membros do Consuni quando da aprovação e criação da UFG Virtual, ou seja, que sua criação exigiria investimento e estrutura para se desenvolver e se organizar.

De forma simultânea à criação da UFG Virtual, em 2000, importante convênio é assinado entre a UFG, a Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (Seed)⁶ e o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo),⁷ recurso responsável por influenciar e justificar, internamente, a própria criação da

⁶ Em 16 de maio de 2011, é publicado o Decreto nº 7.480, que extingue a Seed, redistribuindo suas funções para outros órgãos do MEC.

⁷ Atualmente, é denominado Programa Nacional de Tecnologia Educacional.

UFG Virtual, que visava ser a executora do objeto do convênio. Esse convênio permitiu um elevado número de cursos e matrículas no início das atividades da UFG Virtual e perdurou até o ano de 2004, tendo servido como base para a estruturação tecnológica do órgão na oferta de cursos de extensão encomendados pelo MEC.

No seu primeiro ano de funcionamento, em 2001, a UFG Virtual certificou 687 alunos em dois cursos de extensão a distância, primordialmente na formação de professores, em convênio com o MEC. Em 2002, 2.342 alunos foram certificados em nove cursos ofertados, e em 2003, 1.977 alunos, em cursos de extensão a distância na UFG Virtual. Em 2004, certificaram-se 1.210 alunos concluintes de cursos de extensão (FARIA, 2011).

Todos esses cursos tinham como público-alvo a rede pública de educação básica, ou seja, professores, gestores, técnicos e alunos. Além disso, serviram como uma política pública do Governo Federal que possibilitou a sustentabilidade e a inserção da UFG em práticas de EaD, justamente em virtude do financiamento.

Dentro do Consórcio Unirede, a UFG também firmou convênio para a oferta de cursos de formação de professores, entre os quais o projeto Mídias na Educação. Esse convênio se referia a um programa de formação continuada para integração das mídias na educação, iniciado em 2005; até 2010, a UFG havia emitido certificados apenas em âmbito de curso de extensão e aperfeiçoamento. Para o curso Mídias na Educação, ofertaram-se quatro turmas, com 445 alunos concluintes.

Além dos cursos oferecidos por meio de convênios, houve outras iniciativas isoladas de professores, sem vínculo e sem a sustentabilidade financeira proporcionada pelos convênios, e que se efetivaram por meio da EaD. Em 2002, foram ofertados, por iniciativa isolada de professores da UFG, três cursos registrados na UFG Virtual. Em 2003, já eram oito cursos disponibilizados por iniciativa de outros professores da universidade e sem vínculos com convênio. Esses cursos de extensão oferecidos pela UFG Virtual, de 2002 a 2006, cobraram taxas de inscrição. Tais taxas eram revertidas em benefício do próprio curso, sobretudo para a reprodução de material e seu funcionamento. Porém, os cursos oferecidos pelas unidades

acadêmicas, como a Faculdade de Educação (FE) e a Escola de Veterinária, não tiveram taxas cobradas para sua oferta, sendo gratuitos.

Até 2006, as atividades de extensão a distância registradas na UFG tiveram o suporte da UFG Virtual, com a participação direta de professores que foram lotados nesse órgão. Faria (2011) demonstra que, além da coordenação exercida por um professor efetivo nomeado pela reitoria, a UFG Virtual contou, também, com dois professores efetivos, contratados mediante concurso próprio para o órgão, dois professores substitutos e uma professora da FE, que, durante o ano de 2003, passou a cumprir parte de sua carga horária no órgão.

A UFG Virtual perdurou por sete anos, até 2007. Essas primeiras propostas de EaD apresentadas pela UFG foram feitas em parceria com outras universidades, justamente em razão dos consórcios. Faria (2011) afirma que o início da EaD na extensão da UFG ocorreu induzido pelos financiamentos recebidos tanto do setor público como da própria cobrança de taxas para viabilizar seu funcionamento, o que se caracteriza como fontes alternativas para a instituição, e está vinculada, na maior parte dos cursos, às mesmas unidades acadêmicas que oferecem graduação e pós-graduação.

É de se reconhecer que a UFG Virtual foi desbravadora à época. Porém, Faria (2011, p. 171) aponta que esse órgão

passou grande parte de sua existência sem funcionários administrativos efetivos atuando em suas atividades. Grande parte da equipe era composta por estagiários e bolsistas. Em termos de professores, houve concurso para docentes efetivos após uma sensibilização realizada junto ao Consuni para conquistar duas vagas. Possivelmente essa realidade tenha contribuído para que ocorressem dificuldades no cumprimento de suas finalidades.

Assim, com os novos desafios trazidos pela possibilidade de realização de cursos de graduação a distância, por meio de programas como o Pró-Licenciatura e o Sistema UAB, com financiamento advindo diretamente do MEC para a UFG, as condições estruturais da UFG Virtual passam a ser questionadas, sob a alegação de que não seriam compatíveis com o desenvolvimento das atividades que a graduação, por meio da EaD, necessitava (FARIA, 2011).

Em 2005, considerando a aprovação das propostas dos cursos de graduação a serem ofertados pelo programa Pró-Licenciatura, o Conselho Universitário (Consuni) da UFG nomeou um grupo de trabalho de EaD (Portaria da Reitoria nº 1.240, de 16 de junho de 2005). No relatório desse GT (UFG, 2005), é possível identificar o alerta sobre a necessidade de investimento em um centro especializado em EaD, com funcionários, tecnologia e logística adequados, “visto que a UFG Virtual não tinha estrutura suficiente para atender à dinâmica necessária para cursos a distância em nível de graduação”. (FARIA, 2011, p. 170). Faria mostra um trecho do documento:

Para viabilizar EaD na UFG, faz-se necessário a implantação de um Centro de Educação a Distância, aqui denominado *Centro de Educação em Ambiente de Mídias Interativas – Ceami*, devido a amplitude de sua utilização, munido de infraestrutura logística adequada para dar suporte não apenas aos cursos de graduação, mas também de pós-graduação e extensão. A UFG Virtual, órgão criado em 2000, seria um embrião do Ceami. (FARIA, 2011, p. 170, grifos da autora).

Ainda, em 2007, por iniciativa da Pró-Reitoria de Graduação da UFG (Prograd), é realizado o Encontro de Corumbá-GO para discutir a EaD na UFG. Esse encontro teve a participação de diferentes membros representantes da graduação e da pós-graduação da UFG e professores convidados de outras instituições. Faria (2011) relata que o encontro levantou os questionamentos e as necessidades pertinentes a

diferentes aspectos da EaD, tendo sido também propício para discutir e elencar os objetivos da EaD na UFG, sua concepção e estratégias, e quais seriam os encaminhamentos futuros necessários, considerando a política de financiamento e o estímulo advindos do Governo Federal.

Faria (2011) apresenta uma análise do relatório do Encontro de Corumbá-GO e destaca a seguinte concepção de EaD, a ser construída e disseminada na UFG, a partir desse encontro:

A EaD exige um trabalho coletivo, rompe com a lógica cartesiana, rompe com a linearidade da aprendizagem e a construção de conhecimento linear. A EaD é um processo de construção humana, uma prática social. É um processo educativo que ocorre com o rompimento da lógica do tempo e do espaço em que a forma da mediação ocorre principalmente por meios de comunicação em que há construção de significados pelos educandos (FARIA, 2011, p. 173).

Autores como Kenski (2004) e Lévy (2003) trazem essa perspectiva de concepção, ou seja, a construção significativa da aprendizagem e o rompimento com o conhecimento linear. Tal entendimento se assemelha, ainda, ao que argumenta Alonso (2005; 2010) sobre a contribuição das tecnologias de informação para a mediação e a troca entre os sujeitos.

Faria (2011) analisa que o relatório desse encontro considerou necessária a articulação entre as modalidades presencial e EaD, a criação de biblioteca virtual e a reestruturação do ensino presencial. Como fruto do Encontro de Corumbá-GO, criou-se uma comissão de profissionais da UFG com a finalidade de “elaborar e sistematizar uma proposta organizacional de EaD para UFG que contemple os aspectos administrativos, pedagógicos e tecnológicos”. (UFG, 2007, p. 7). Como resultado desse movimento interno, houve a reafirmação da necessidade de mudanças em relação à forma como a EaD estava organizada dentro da UFG. A visão

não era mais a de um órgão submetido à Proec, e, sim, de uma instância com mais autonomia, que envolvesse as unidades acadêmicas responsáveis pelos novos cursos a distância a serem oferecidos, contemplados em editais.

Ainda em 2007, então, há uma mudança na organização da EaD na UFG. Em dia 23 de março, foi editada a Resolução Consuni nº 2, que criou o Centro Integrado de Aprendizagem em Rede (Ciar) – revogando a Resolução nº 5/2000, que havia criado a UFG Virtual. O Ciar, ao contrário da UFG Virtual, não ficou ligado à Proec, e, sim, diretamente, à Reitoria (FARIA, 2011).

Faria (2011) estabeleceu uma análise sobre essa mudança e construiu um quadro demonstrativo e comparativo das principais alterações na organização da EaD na UFG, o qual pode ser observado a seguir (Quadro 1).

Quadro 1: Comparativo entre a UFG Virtual e o Ciar

Itens comparados	UFG Virtual Resolução Consuni nº 5/2000	Ciar Resolução Consuni nº 2/2007
Finalidade	Promover a EaD na UFG.	Implementar e apoiar as atividades acadêmicas que envolvem as tecnologias de informação e comunicação, inclusive a EaD na UFG.
Funcionamento	Atividades de EaD centralizadas na UFG Virtual.	Atividades de EaD descentralizadas nas unidades acadêmicas da UFG, com apoio do Ciar.
Estrutura	Órgão Suplementar da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proec).	Órgão Suplementar da Reitoria.
Composição	Grupo de Trabalho e Coordenação Geral.	Conselho gestor, direção, vice-direção, com prescrição de coordenações de equipes.

Itens comparados	UFG Virtual Resolução Consuni nº 5/2000	Ciar Resolução Consuni nº 2/2007
Organização	Grupo de trabalho, presidido pela Coordenação Geral da UFG Virtual, indicada pela Reitoria.	Conselho gestor, presidido por um dos pró-reitores, indicado pela Reitoria.
Gestão colegiada	Grupo de trabalho composto por representantes das diferentes pró-reitorias, unidades acadêmicas e órgãos.	Conselho gestor composto pelos próprios pró-reitores, direção do Ciar e coordenadores de curso a distância.

Fonte: Faria (2011, p. 175), elaboração das autoras a partir das resoluções de criação da UFG Virtual e do Ciar.

Essas mudanças, que constituíram uma nova organização institucional na UFG, aconteceram em um contexto no qual o Brasil também instituía novas ações políticas em relação à EaD (LIMA, 2014), como a criação do sistema UAB, com incentivo e financiamento não só de cursos curtos, como a extensão, mas de cursos mais longos, como cursos de graduação e propostas de mestrados a distância. Novos desafios, trazidos pela política educacional nacional e por financiamentos do Governo Federal visando à expansão da EaD provocaram, então, mudanças internas na UFG.

Assim, da mesma forma que a UFG Virtual enfrentou desafios, a EaD traz ao Ciar uma realidade diversa e também desafiante. Já com as atividades do Ciar em andamento, em 2008, inicia-se o curso de especialização em Metodologia do Ensino Fundamental, projeto que gerou o credenciamento experimental de EaD para a UFG (Portaria MEC nº 873, de 7 de abril de 2006). Contemplado com recursos do Sistema UAB, o curso iniciou suas atividades ofertando 400 vagas e formando 323 especialistas em oito polos de apoio presencial.

Faria (2011) descreve que o segundo curso *lato sensu*, ofertado em 2009, foi o de Gestão Escolar, como ação do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica do MEC. A FE ofertou esse curso com 404 matriculados, a partir de uma

demanda de 1.215 inscritos. Um terceiro curso oferecido e também iniciado em 2009 – Especialização em Epidemiologia – não pertenceu ao Sistema UAB, sendo fruto de um convênio entre a UFG e o Ministério da Saúde (MS). O curso de Especialização em Epidemiologia ofertou 120 vagas e realizou 155 matrículas a partir de 334 interessados, ou seja, as vagas foram ampliadas, a partir da demanda observada quando das inscrições. Concluíram o curso 148 alunos. Desde então, vários cursos de especialização foram oferecidos, proporcionados pelo financiamento do Sistema UAB.

A UFG ofereceu, também, em 2010, 50 vagas para o Mestrado Profissional em Matemática, vinculado ao Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (Profmat), coordenado pela Sociedade Brasileira de Matemática (SBM) e pertencente ao sistema UAB. Ministrado em rede nacional, o curso recebeu mais de 20 mil inscrições, das quais 1.315 nos polos de Goiânia e Anápolis, sob a responsabilidade da UFG. Além desses cursos, constam registros no site do Ciar (2017) de cursos de especialização em temas como direitos humanos, gestão pública, história e cultura afro-brasileira, todos frutos de convênios com financiamento externo.

Faria (2011) mostra que os cursos de especialização também se concentram na formação de professores e, com percentual menor, na área de saúde pública. Os cursos foram realizados por terem tido financiamentos recebidos de convênios com o Sistema UAB/MEC e com órgão público da área da saúde, e foram oferecidos gratuitamente para a comunidade. Não há registros na UFG de cursos de pós-graduação a distância ofertados por iniciativa de professores, com recursos próprios da universidade ou com cobrança de taxas.

Faria (2011) pondera que, historicamente, extensão, graduação e pós-graduação a distância na UFG dependeram do financiamento externo e estão direcionados para determinado público. Os cursos do Sistema UAB são voltados para professores da rede pública de educação e os cursos financiados pelos órgãos da saúde, para profissionais da saúde pública. Os recursos são direcionados a cada projeto apresentado ou encomendado, por demanda definida.

De certa forma, essa realidade coloca em pauta a discussão sobre a autonomia universitária, na acepção trazida por Amaral (2008). O autor mostra que a discussão sobre a autonomia nas universidades públicas não pode ocorrer sem se considerar o financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). A oferta de cursos, advindos da demanda de quem os financia, permite retomar os questionamentos feitos por Amaral (2008, p. 677): “[...] c) como alcançar um desejado equilíbrio entre a função cultural e a ‘função utilitarista’?; d) como manter um controle sobre a chegada ao quase-mercado educacional?”

No que se refere aos cursos de graduação, foi principalmente após a criação do Sistema UAB, com chamadas públicas e editais para a oferta de graduação a distância financiada pelo MEC, que as experiências de EaD nesse nível de ensino começam a se disseminar pelo país, inclusive na UFG. A área de concentração é a formação de professores, com os cursos de Artes Visuais, Artes Cênicas, Física, Ciências Biológicas e Educação Física. Em 2009, com o lançamento do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (Parfor), os cursos de graduação a distância foram ofertados em colaboração com secretarias estaduais e municipais de educação. Além da oferta de graduação a distância por meio do sistema UAB e Parfor, a UFG também participa de um outro convênio, internacional, para oferta de curso de Licenciatura em Ciências Biológicas em Moçambique.

4. Considerações finais

Percebe-se que o percurso histórico da EaD na UFG está intimamente ligado, de modo até dependente, às políticas educacionais do Governo Federal, sobretudo do fomento por meio de editais, programas e projetos. Por um lado, essas políticas, que se iniciaram por volta do ano 2000 e já completam 17 anos, não conseguiram colaborar no sentido de construir uma autonomia para a oferta contínua de EaD na UFG, como acontece com os cursos presenciais. Por outro lado, as políticas provocaram discussões e mudanças internas na UFG ao longo dos anos, mobilizando comissões e

levantando problematizações na busca de soluções e reestruturações – a exemplo da mudança da sua organização, quando esta sai do âmbito da extensão, então executada pela UFG Virtual até 2007, e passa a uma esfera mais ampla, sendo conduzida pelas unidades acadêmicas, apoiadas por um órgão ligado diretamente à reitoria, o Ciar.

Tem-se a clareza de que não é possível resumir uma história de quase 20 anos nestas poucas páginas deste capítulo. Não obstante, objetivou-se recuperar alguns fatos para discussão, visando uma percepção mais geral do percurso da EaD na UFG e de como ela foi se estruturando no âmbito dessa universidade. Estudos mais específicos podem ser realizados, direcionando-se, por exemplo, o olhar para a graduação, ou somente para a pós-graduação *lato sensu*. Pesquisas futuras contribuirão, ainda mais, para a compreensão dessa modalidade, suas nuances e necessidades.

Referências

ALONSO, Kátia Morosov. Algumas considerações sobre a educação a distância, aprendizagens e a gestão de sistemas não-presenciais de ensino. In: PRETI, Oreste. *Educação a distância: ressignificando práticas*. Brasília, DF: Líber Livro, 2005.

AMARAL, Nelson Cardoso. Crise no financiamento das instituições federais de ensino superior. In: TRINDADE, Helgio. *Universidade em ruínas na república dos professores*. 3. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

AMARAL, Nelson Cardoso. Autonomia e financiamento das IFES: desafios e ações. *Avaliação, Revista de Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 13, n. 3, nov. 2008.

DOURADO, Luiz Fernandes. *A interiorização do ensino superior e a privatização do público*. Goiânia: Editora UFG, 2001.

FARIA, Juliana Guimarães. *Gestão e organização da educação a distância em universidade pública: um estudo sobre a Universidade Federal de Goiás*. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

KENSKI, Vani. *As tecnologias e ensino presencial e a distância*. São Paulo: Papirus, 2004.

LIMA, D. da C. B. P. L. *Documento técnico contendo estudo analítico do processo de expansão de EaD ocorrido no período 2002-2012, particularmente no que se refere aos cursos de formação de professores nas IES públicas e privadas*. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação/Unesco, 2014. (Produto 2. Projeto 914BRZ1142.3). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=165%2011-%20produto-02-estudo-processo&Itemid=30192. Acesso em: 07 ago. 2020.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

MENDONÇA, Zilda Gonçalves de Carvalho. A UFG e as políticas para o ensino superior público em Goiás: extensão, interiorização e expansão via *campi* avançados. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 40, p. 274-294, dez. 2010. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/40/art17_40.pdf. Acesso em: 08 set. 2017.

RESENDE, Gisele Silva Lira. Ambiente virtual: una opción metodológica en la formación continuada docente para vencer grandes distancias y muchas desigualdades. In: CONGRESO ONLINE DEL OBSERVATORIO PARA LA CIBERSOCIEDAD, 3., 20 nov.-3 dez. 2006, [S. l.]. *Anais [...]* [S. l.]: OCS, 2006. Disponível em: <http://www.cibersociedad.net/congres2006/gts/comunicacio.php?id=437#4>. Acesso em: 07 maio 2011.

TORRES, Patricia Lupion; RAMA, Claudio (org.). *La educación superior a distancia em America Latina y el Caribe*. São Leopoldo-RS: Unisinos, 2010.

UFG (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS). GT EaD. *Relatório final do GT*. Goiânia: GT EaD/UFG, 2005.

UFG (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS). Prograd. *Síntese do encontro político pedagógico da EaD na UFG em Corumbá-GO*. Corumbá: Prograd/UFG, 2007.



Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif

Institucionalização da educação superior a distância nas universidades federais da região Centro-Oeste

Temáticas em questão

De modo geral, podemos dizer que o levantamento da trajetória institucional da Educação a Distância (EaD) no país é recente e, talvez por isso, apresente uma série de elementos considerados de relevância e cuidado para as próximas políticas públicas e ações na área. Esses elementos dizem respeito, principalmente, às características da sua expansão; às variadas formas sob as quais as modalidades presencial e a distância são vistas pelos diversos órgãos e regulamentações; aos mecanismos de avaliação e acompanhamento das ações das Instituições de Educação Superior que ofertam essa modalidade; e, nosso objeto de estudo, ao processo de institucionalização da EaD na educação superior, tanto na esfera pública quanto privada. Além da necessidade de estudos acerca da institucionalização da EaD, o próprio crescimento da modalidade no ensino superior público demonstra a importância de pesquisar como vem ocorrendo a implementação de políticas referentes à modalidade. Assim, o tema da institucionalização da educação a distância é abordado neste livro, tendo em vista a relevância da compreensão desse processo, para que se possa auxiliar no debate da capacidade do Estado de formular políticas públicas em EaD e problematizar como essa modalidade tem sido implementada pelas Instituições Públicas de Ensino Superior da região Centro-Oeste, por meio de sua institucionalização ou não.



EDITORA



UnB